

PARECER TÉCNICO

Empreendedor: CAL FERREIRA LTDA	Classe: II
Empreendimento: Fazenda Lagoa Seca	
Atividade: Extração e beneficiamento de calcário	
Endereço do empreendedor: Rod. MG 439 Km 7,5, Vassouras – Pains – MG	
Localização do empreendimento: Faz. Lagoa Seca	
Município: Pains	
Consultoria Ambiental:	
Referência: AUTO DE INFRAÇÃO – INFRAÇÃO GRAVÍSSIMA	Validade: ---

RESUMO

Dentro do âmbito da Operação Arcos – Pains – Dorésópolis, em fiscalização realizada no dia 20/07/99, à Cal Ferreira LTDA, empresa que lava e beneficia calcário, no local denominado Fazenda Lagoa Seca, no município de Pains, ficou constatado que a empresa se encontrava em atividade, em uma nova frente de lavra desenvolvida na área do processo DNPM 831.069/92, cuja operação foi suspensa COPAM, de acordo com a deliberação nº 075/1997 do dia 02/09/97, que determina em seu artigo 1º: “ficam suspensas as atividades da Cal Ferreira LTDA, (...), até obtenção da Licença de Operação do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM (Proc. 092/92/03/95)”. A citada frente de lavra em operação ocupa uma superfície de aproximadamente 2,0 ha, onde houve desmatamento da formação florestal do topo do maciço calcário, certamente sem licença do órgão florestal competente. Na frente de lavra foi identificada uma gruta que se encontra com a entrada parcialmente destruída pelo desmonte de rochas por explosivos. A gruta tem uma extensão de aproximadamente 100m, com condutos de padrão meandrante, presença de espeleotemas, e possíveis entradas secundárias, que poderão dar acesso à cavidade já degradada. No ato da vistoria verificou-se trabalhos de perfuração para desmonte da rocha, junto à entrada e nas proximidades da gruta. Diante da irregularidade foi lavrado, no mesmo dia da fiscalização, o Auto de Infração nº 180/99, com fundamento no artigo 19, & 3º, item 2, e no artigo 20, do Decreto nº 39.424 de 05/02/98, que altera e consolida o Decreto nº 21.228 de 10/03/81, por “descumprir determinação formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovados quanto a licenciamento”, frisando ainda a degradação da cavidade natural e subterrânea. Quanto a irregularidade constatada apresenta como agravante o fato de “atingir área sobre proteção legal” - que seria a própria cavidade atingida. Até o presente momento a empresa não apresentou sua defesa. Devido a não apresentação de justificativas, devido à não descaracterização da irregularidade caracterizada, somos pela aplicação da penalidade em seu grau máximo, (pelo fato de existir agravante e pelo desrespeito a DN COPAM) e que seja feita moção ao CGFAI para que faça cumprir a Deliberação COPAM 075/97 e que seja notificado o MP.

Divisão de Extração de Minerais Não Metálicos – DINME		Diretoria de Atividades Industriais e Minerárias – DIRIM
Autor: Marcelo O. Fonseca	Gerente: Marcelo de O. Fonseca	Diretor: Rubens José de Oliveira
Assinatura: <i>Marcelo O. Fonseca</i>	Assinatura: <i>Marcelo O. Fonseca</i>	Assinatura: <i>[assinatura]</i>
Data: 26/09/2000	Data: 26/09/2000	Data: 27.9.00



INTRODUÇÃO

Dentro do âmbito da Operação Arcos – Pains – Doresópolis, em fiscalização realizada no dia 20/07/99, à Cal Ferreira LTDA, empresa que lavra e beneficia calcário, no local denominado Fazenda Lagoa Seca, no município de Pains, ficou constatado que a empresa se encontrava em atividade de lavrea em uma nova frente de lavra desenvolvida na área do processo DNPM 831.069/92, cuja operação foi suspensa COPAM, de acordo com a deliberação no 075/1997 do dia 02/09/97, que determina em seu artigo 1º: “ficam suspensas as atividades da Cal Ferreira LTDA, (...), até obtenção da Licença de Operação Estadual de Política Ambiental – COPAM (Proc. 092/92/03/95)”.

DICUSSÃO

A citada frente de lavra em operação ocupa uma superfície de aproximadamente 2,0 ha onde houve desmatamento da formação florestal do topo do maciço calcário, certamente sem licença do órgão florestal competente.

Na frente de lavra foi identificada uma gruta que se encontra com a entrada parcialmente destruída pelo desmonte de rochas por explosivos.

A gruta tem uma extensão de aproximadamente 100m, com condutos de padrão meandrante, presença de espeleotemas e possíveis entradas secundárias que poderão dar acesso à cavidade.

No ato da vistoria verificou-se trabalhos de perfuração para desmonte da rocha junto à entrada e nas proximidades da gruta.

Diante das irregularidades foi lavrado, no mesmo dia da fiscalização, o Auto de Infração no 180/99, com fundamento no artigo 19, & 3º, item 2, e no artigo 20, do Decreto no 39.424 de 05/02/98, que altera e consolida o Decreto no 21.228 de 10/03/81, por “descumprir determinação formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovados quanto a licenciamento”, e por degradar cavidade natural e subterrânea.

Quanto as irregularidades constatadas apresenta como agravante o fato de “atingir área sobre proteção legal” que seria a própria cavidade atingida de acordo com o artigo 21, & 1º, do Decreto acima citado.

Até o presente momento a empresa não apresentou sua defesa.

CONCLUSÃO

Devido a não apresentação de justificativas, devido à não descaracterização da irregularidade caracterizada, somos pela aplicação da penalidade em seu grau máximo, (pelo fato de existir agravante e pelo desrespeito a DN COPAM) e que seja feita moção ao CGFAI para que faça cumprir a Deliberação COPAM 075/97 e que seja notificado o MP.

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
PROTOCOLO Nº	037273/2000
DIVISÃO:	<i>Am</i>
MAT.:	VISTO: <i>Reida</i>

07
FL Nº

FUNDAÇÃO ESTADUAL
MEIO AMBIENTE

PARECER JURÍDICO

Processo nº.: 092/92/05/99

Ref.: Auto de Infração nº. 180/99 – lavrado contra
CAL FERREIRA LTDA

RELATÓRIO

1. A empresa em epígrafe foi autuada em 20-7-1999, como incursa no artigo 19, § 3º, item 2, do Decreto 39.424 de 5 de fevereiro de 1998, por "descumprir determinação formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive de planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração ou equivalentes, aprovadas quando do licenciamento."

2. O processo encontra-se formalizado. A empresa tomou conhecimento da irregularidade contra ela apontada no momento em que o Auto de Infração foi lavrado, entretanto, não apresentou defesa.

Dessa forma, deverá o mesmo ser julgado de plano conforme disposto no artigo 36, Parágrafo Único, da Deliberação Normativa COPAM nº 30, de 29 de setembro de 1998.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, encaminhamos o processo à Egrégia Câmara de Atividades Minerárias do COPAM, recomendando a aplicação de uma multa, levando em consideração a infração gravíssima, o porte do empreendimento como sendo pequeno, tomando como base para fixação do valor-base 40.000 UFIR's, conforme previsto no artigo 1º, III, "a", combinado com o artigo 2º, § 1º, III, da Deliberação Normativa COPAM nº 27, de 9 de setembro de 1998.

FEAM	
PROTOCOLO Nº	037.273/2000
DIVISÃO:	Aju
MAT.:	VISTO: Rida

FUNDAÇÃO ESTADUAL
2
08
FL Nº
MEIO AMBIENTE

Ressaltamos que, apesar de verificada a circunstância agravante, tendo em vista que a área atingida encontra-se sob proteção legal, não poderá ocorrer acréscimo ao valor da multa, uma vez que esta não poderá ser aplicada acima de seu limite máximo, conforme disposto no artigo 4º do dispositivo legal acima mencionado. É o parecer, s. m. j.

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2000

Fontenelle
Vanessa Azevedo Fontenelle
Estagiária

Adriane
Adriane Penna
Assessoria Jurídica